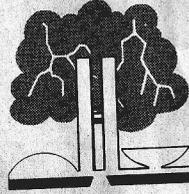


# CPI vai convocar diretoria do DNER

Orçamento

Relator quer apurar ligação do órgão com empreiteiras e parlamentares

**B**RASÍLIA — O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), anunciou ontem a disposição de convocar na próxima semana a diretoria do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para aprofundar as investigações sobre a participação das empreiteiras no esquema de manipulação do Orçamento da União. Magalhães fez o anúncio depois do depoimento do deputado José Carlos Vasconcellos (PRN-PE), apontado como um dos homens fortes das empreiteiras no Congresso. Aliado do ex-presidente Fernando Collor, o deputado foi por três anos sub-relator das verbas do DNER na Comissão Mista de Orçamento do Congresso.



Como na quinta-feira, quando foi ouvido o deputado Sérgio Guerra (PSB-PE), o depoimento de Vasconcellos foi tranqüilo. A CPI ainda não concluiu a investigação de suas contas bancárias e declarações de bens. Mesmo assim, o relator Magalhães considerou o depoimento "útil" para dirigir as investigações da CPI no rumo do DNER. "Tenho elementos para fazer essas investigações e descobrir a realidade sobre o relacionamento entre empreiteiras, DNER e parlamentares", disse o relator. O DNER poderá ser ouvido pela subcomissão de emendas.

Uma das curiosidades da CPI é saber por que o DNER se transformou numa espécie de feudo de políticos pernambucanos. Depois de Vasconcellos, o relator das verbas do órgão foi Sérgio Guerra. No governo Collor, a diretoria-geral do DNER foi ocupada por dois pernambucanos: José Henrique D'Amorim Figueiredo e Inaro Fontan. Como Guerra, Vasconcellos admitiu ter recorrido ao órgão para de-



José Varella/AE

Vasconcellos (em pé), chega à CPI para depor: críticas à estrutura da Comissão de Orçamento

finir quais emendas incluiria no Orçamento e defendeu a credibilidade de Fontan, hoje superintendente da Rodoferrea S/A, a segunda empreiteira que mais recebeu verbas do DNER em 1992 — só perde para a pernambucana Queiroz Galvão. "Ele é um profissional sério e um dos maiores especialistas em malha rodoviária do País", disse.

No depoimento, Vasconcellos tentou repetir a estratégia seguida com êxito por Guerra na véspera e culpou a falta de estrutura da Comissão de Orçamento pelas suas falhas. "Do jeito que ela funciona, é preferível que ela não exista", argumentou. "A própria figura do relator-geral deveria ser abolida, é um homem com um enorme poder para manipular, digo, para contro-

lar uma quantia imensa de recursos." Ele acrescentou que, além das dificuldades técnicas do Congresso, a "irresponsabilidade e a falta de planejamento na execução orçamentária por parte do Executivo" ampliam a possibilidade de corrupção no Orçamento.

Vasconcellos apresentou durante o depoimento cópia de requerimento que em 1991 pedia a criação de uma CPI sobre a Comissão de Orçamento. O requerimento é assinado por ele e encabeçado pelo deputado Jacques Wagner (PT-BA) e pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Essa CPI foi pedida quando surgiram as primeiras suspeitas sobre a conduta do deputado João Alves (PPR-BA), apontado como o chefe do esque-

ma de corrupção, mas o pedido foi arquivado. Quando o senador Elcio Álvares (PFL-ES) perguntou por que assinou o requerimento, Vasconcellos respondeu: "O noticiário da imprensa levantava suspeitas sobre a comissão e quando percebi que meu nome seria envolvido, quis deixar transparente minha ação: se recebesse propina, não assinaria o pedido."

Quando confrontado com dados sobre sua movimentação bancária, Vasconcellos foi evasivo e prometeu prestar esclarecimentos à CPI mais tarde. Segundo a CPI, o deputado movimentou US\$ 9,1 mil numa conta na agência do Banco do Brasil em Nova York e recebeu um depósito de US\$ 98 mil numa conta do Banco Rural em setembro de 1990. Ontem, o deputado limitou-se a dizer que sua movimentação bancária e seu patrimônio são compatíveis com seus rendimentos e a origem do dinheiro está em suas declarações de renda.

**D**EPUTADO  
 ADIA  
 EXPLICAÇÃO  
 SOBRE CONTAS